

**PROBLEMATIZANDO, QUALIFICANDO E APROFUNDANDO A PESQUISA  
QUALITATIVA: O APORTE DA REFLEXIVIDADE NOS ESTUDOS  
ORGANIZACIONAIS**

**CAROLINE NAYARA MARILAC FLÔR**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**LUIZ ALEX SILVA SARAIVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**Agradecimento à órgão de fomento:**

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pela infraestrutura de pesquisa e trabalho e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ao apoio, sem os quais a realização desta pesquisa e a participação neste evento não teriam sido possíveis.

## PROBLEMATIZANDO, QUALIFICANDO E APROFUNDANDO A PESQUISA QUALITATIVA: O APORTE DA REFLEXIVIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

### Introdução

Os métodos de pesquisa qualitativa têm ganhado espaço em distintos campos do saber. No âmbito das ciências sociais, em particular, observa-se um olhar atento às possibilidades trazidas pelo pensar de “qualificação” do conhecimento (Saraiva, 2007), uma valorização que emerge, em parte, das limitações percebidas nas abordagens de cunho estritamente técnico, típicas das vertentes mais positivistas ou quantitativas de se fazer pesquisa. Desse modo, reconhece-se que toda pesquisa atravessa fases distintas, mas interligadas, que se articulam ao longo de seu processo de construção. Segundo Faria (p.20, 2015), “tais momentos não se reduzem a contatos e tampouco à quantidade de vezes em que o sujeito pesquisador estabelece relações com o objeto de sua pesquisa, mas às formas como essas relações se desenvolvem e se transformam”. Neste contexto, é importante ressaltar que nem toda pesquisa qualitativa se estrutura a partir de modelos fixos de aplicação, mas toda pesquisa desenvolve-se e se movimenta a partir de um lugar social e político.

Esse movimento é dinâmico (Faria, 2015) complexo e contraditório, decorrente da adequação do desenvolvimento do processo de pesquisa aos objetivos da investigação, ao problema investigado e às limitações condicionantes de todo o processo de investigação. Esse reconhecimento pode ser trabalhado ou desenvolvido a partir de um posicionamento reflexivo de pesquisa e pesquisador. Esse posicionamento articula-se a prática reflexiva de produção de conhecimento onde há muito a se ganhar em pesquisas qualitativas em que a reflexividade seja um dos eixos ao não se abrirem à vulnerabilidade, reproduzem a ficção da neutralidade.

Os lugares que queremos visitar nesse agir reflexivo está intimamente vinculado ao papel do(a) pesquisador (a) que geralmente associa-se a um posicionamento que trabalha a ética e certo distanciamento que oculta a implicação do pesquisador. Mas será que as duas articulações são de fato polares? Muito se fala na ação do pesquisador a partir da ética seja ela pelo Comitê de Ética ou de certa transparência de pesquisa para ser ética. Mas o que de fato não é articulado como um princípio ético para além a ética institucional é que a posição social de um indivíduo influencia seu conhecimento e perspectiva sobre a realidade estudada, e isto não pode ser ocultado no fazer pesquisa, isso faz parte de um agir reflexivo. Segundo Amoureux (2016), a reflexividade está diretamente relacionada à articulação entre pensamento e linguagem da realidade do/no cotidiano, ou seja, trata-se de um processo simultâneo de autoanálise e autocrítica de vivências principalmente a relação sujeito e seu interlocutor. Para além da análise sociológica e dos dispositivos práticos, a “reflexividade deve ainda ser convertida numa disposição constitutiva do *habitus* científico, ou seja, deve existir como “reflexividade reflexa, capaz de agir não *ex post*, no *opus operatum*, mas *a priori*, no *modus operandi*” (Bourdieu, p. 13, 2024).

Pensando a partir do campo dos estudos organizacionais que é remediado por tensões a partir movimentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos ortodoxos, essa abordagem de pesquisa se mostra atraente por favorecer, do ponto de vista da consistência, uma articulação mais estreita entre teoria e método. Segundo Faria (p. 18, 2015) “os estudos organizacionais

recorrem, necessariamente, a várias disciplinas: administração, economia, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, política, filosofia, saúde, engenharia (com destaque para a ergonomia), entre outras”. Sendo assim, trata-se de um campo com abordagens que se configuram como estudos multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares, uma vez que transitam em distintos campos do saber. Esse movimento implica repensar as práticas e a realidades do desenvolvimento de pesquisas, compreendendo a ação como um agir que se estabelece de mim para com o outro e vice-versa, evidenciando o caráter relacional da reflexividade. Assim como Davies *et al* (2019) argumenta que “nesse extremo do espectro do trabalho reflexivo, o sujeito é desconstruído de tal forma que não pode mais ser lido como um objeto fixo a ser lido ou como uma consciência transcendental superior que pode se engajar em leituras objetivas. No âmbito acadêmico, esse processo ocorre e deve ocorrer sem recorrer à universalização de um único saber. Pois o próprio processo de crítica ao conhecimento científico faz parte da prática reflexiva da/ciência.

Na antropologia essa prática está muito bem estabelecida, já que por meio dela a reflexão acontece a partir dos estranhamentos com o campo. Mas e no campo dos estudos organizacionais? Se considerarmos o enorme impacto de Bourdieu na antropologia e na sociologia, e de Gödel, Heisenberg, Heidegger, Wittgenstein, Kuhn e assim por diante na ciência moderna e sua filosofia, a preocupação teórica com a reflexividade não pode ser questionada (Evens; Handelman; Roberts, 2016). A busca por articular esses aspectos, tanto como prática quanto como teoria acadêmica em pesquisas qualitativas, sustenta-se não apenas a um conceito sociológico, mas aos estudos sociais aplicados, em especial ao campo dos estudos organizacionais, permitindo-se superar perspectivas dicotômicas, concebendo a reflexividade como uma prática ética que também se inscreve como política acadêmica. Assim, a reflexividade configura-se, portanto, como ambas: prática e política.

Quando pensamos em metodologia de pesquisa, os estudos quantitativos ou positivistas costumam se ater ao método em si, entendido como um conjunto de técnicas e procedimentos para coleta e análise de dados. Já nas pesquisas qualitativas, em sua grande maioria, a interpretação dos dados sugere análises densas, nas quais a linguagem estabelece uma relação de poder entre a escrita e o leitor. Para além da construção teórica da pesquisa, essa relação também se manifesta no momento conhecido como “Metodologia de Pesquisa”. Ao adotar um posicionamento metodológico vinculado à pesquisa qualitativa, é importante compreender que essa escolha vai além da justificativa comum de se tratar de uma análise “aprofundada”. Reduzir a pesquisa qualitativa a esse argumento é colocá-la em uma superficialidade equivocada. Quando afirmamos que a pesquisa qualitativa se expõe ao indizível, isto é, à não neutralidade e à não objetividade tanto do processo quanto do pesquisador, evidenciamos o quanto essa abordagem é, de fato, complexa.

Esta proposta busca problematizar, qualificar e aprofundar a pesquisa qualitativa ao destacar a ausência de práticas de autocrítica e autoanálise em muitas pesquisas, especialmente naquelas de orientação qualitativa acabam por transformar o/a pesquisador(a) em uma figura neutra e oculta, silenciando sua própria implicação no processo investigativo. Dialogando com o método com uma vinculação à pesquisa traçada na experiência (Pessoa, 2023). O artigo evidencia como o posicionamento reflexivo, promovido por uma disciplina de pós-graduação voltada à discussão da reflexividade nos estudos organizacionais, pode suscitar importantes questionamentos sobre a interface entre pesquisador(a), pesquisado(a) e a própria agenda de pesquisa. A proposta da disciplina visa oferecer fundamentos que contribuam para que os/as estudantes tenham suporte adequado em suas trajetórias acadêmicas nos cursos de Mestrado e Doutorado. Ao mesmo tempo, contribui para recolocar a pesquisa qualitativa em um lugar de potência, especialmente quando a reflexividade é assumida como eixo central. Em contrapartida, pesquisas que se recusam a lidar com a vulnerabilidade inerente ao processo investigativo tendem a reproduzir a ficção da neutralidade.

Para tanto, o texto está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos esta breve introdução, seguida da fundamentação teórica que sustenta a discussão proposta como problematizar; qualificar e aprofundar a pesquisa qualitativa no estudos organizacionais. Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais pontos trabalhados e refletimos sobre a construção deste ensaio.

### **Problematizando a Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**

Os estudos organizacionais, enquanto campo multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar, constituem-se como um espaço de travessia teórica e metodológica. Tais características possibilitam o diálogo com autores que, embora não pertençam originalmente ao campo da administração, oferecem contribuições relevantes para a compreensão crítica dos fenômenos organizacionais. Trabalhos críticos nesse campo heterogêneo (França-Filho, 2009) tendem a abordar os fenômenos organizacionais com um grau de reflexividade, tensionando noções como poder, identidade, discurso e subjetividade, que atravessam e estruturam a vida nas organizações. Diante disso, a imagem do pesquisador dotado de certa neutralidade junto ao seu *corpus* de pesquisa já não se sustenta, sobretudo na medida em que pesquisas de teor crítica-social são desenvolvidas e esse ideal de neutralidade tende a distanciar do fazer pesquisa quando há possibilidade de vulnerabilidade metodológica. Ao refletirmos a área da administração (França-Filho, 2009) e sobre o campo dos estudos organizacionais (Grey, 2010; Souza; Costa; Pereira, 2015; Saraiva & Carrieri, 2023), torna-se essencial reconhecer que eles são compostos por sujeitos e práticas que são, antes de tudo, políticas marcadas por posicionamentos, construções e agências próprias e que não podem ser compreendidos apenas como produtos das estruturas que os cercam (Carrieri & Correia, 2020).

Grey (2010) destaca que o questionamento da hegemonia norte-americana na produção de conhecimento no campo dos Estudos Organizacionais, assim como em outras áreas, tem possibilitado a abertura de espaço para a valorização de pesquisas desenvolvidas em outros contextos geográficos e epistemológicos. Esse estranhamento é invisibilizado por certo “teor metodológico”, quando a metodologia, da forma como tem sido hegemonicamente disposta, acaba por se constituir não como ferramenta contra a ignorância, mas como uma espécie de profecia autorrealizada, ela própria, raramente discutida de forma crítica, acaba por sustentar um campo assentado sobre a ignorância inclusive, e principalmente, sobre seus próprios limites (Saraiva & Carrieri, 2023). E por isso, a pesquisa qualitativa enquanto orientada por um olhar social e crítico, exige outros posicionamentos epistemológicos e metodológicos (Koch & Harrington, 1998). Frequentemente, as justificativas para sua adoção se concentram no “aprofundamento” de sua análise e é justamente daí que deriva a qualificação de “qualitativa”. Contudo, embora comprometida em evidenciar a densidade dos fenômenos sociais, essa abordagem muitas vezes evita encarar a necessária reflexão sobre a implicação de quem pesquisa (Oliveira & Piccinini, 2009).

O aprofundamento, portanto, não pode se restringir ao objeto, mas precisa abarcar também quem olha, de onde olha e como esse olhar impacta na construção do conhecimento. Assim como afirma Pessoa (2023), ao assumir que as incertezas e vulnerabilidades inevitavelmente compõem a trajetória de quem vive, e que as certezas, seja na vida pessoal, mas principalmente na vida acadêmica, quase nunca se sustentam, o que demanda outras formas de encarar o risco, o erro, o imprevisível reconhecendo que se é vulnerável ao caminhar. O que parece incomodar muitos críticos da virada metodológica e analítica para a reflexividade é que ela parece desvirtuar a ciência, ou seja, o objetivismo (Evens, 2016).

A possibilidade de pensar a reflexividade a partir do seu teor subjetivo, especialmente quando nos deparamos com a pergunta: quem sou eu na pesquisa? pergunta essa muito importante na proposta reflexiva no fazer pesquisa. Responder a essa pergunta nos parece um

exercício complexo, pois ela está profundamente ligada tanto à realidade da vivência do pesquisador no momento, quanto à forma de relação com o outro. Percebemos que, conforme Davis *et al* (2004), “a resposta de alguém se torna parte de sua conduta, onde ele não apenas se ouve, mas responde a si mesmo, fala e replica a si mesmo”. Assim, compreendemos que a subjetividade enquanto construção relacional, não é apenas o início de um olhar voltado para o eu, mas também um ponto interseccional que conecta a identidade, o outro e a própria pesquisa. Portanto, a reflexividade enquanto assumida como eixo central da pesquisa, se realiza como uma prática cíclica e contínua, na medida em que constitui um modo de nos envolvermos com outras práticas sociais, bem como de elaborar a maturidade de se pesquisar. Essa complexidade do eu enquanto pesquisador perante a pesquisa de aporte reflexivo apresenta a vulnerabilidade imanente à condição de testemunhar algo do percurso da própria existência, um exercício simultaneamente ético e político (Moriceau, 2023). Por outro lado, pode nos surpreender e se apresentar mais rapidamente do que planejamos. A maturação vem aos poucos e, ao longo da prática cotidiana para quem pesquisa, a maturação é singular, haverá quase sempre uma sensação de incompletude, um algo mais a fazer, a descobrir e a compreender (Pessoa, 2023).

Ao pontuar esses aspectos e conceber a reflexividade como exercício dessas colocações, surge também para o debate a figura do “eu”. Aqui, direcionado ao pesquisador(a), o “eu” não é entendido como uma individualidade isolada, uma entidade indivisível, mas como uma estrutura que implica, necessariamente, uma cisão interna, ou seja, uma divisão entre múltiplos “eus” (O’Boyle, 2017). Nesse sentido, não se trata de um que pensa e outro que é pensado, ao contrário, somos simultaneamente, sujeitos e objetos de nós mesmos, estando sempre em relação com uma alteridade interna e externa, com uma identidade que se desloca e se (re)constrói enquanto pesquisa. Essa concepção da identidade pelo eu/pesquisador provoca incômodo, por que não tratar a “identidade” como algo em movimento, transformando a posição do pesquisador em um processo de construção (Berger & Luckman, 1998). A prática reflexiva se torna um processo avaliativo intrínseco ao pesquisador quando o que se estuda também faz parte de um processo ético na posição do “quem sou eu na pesquisa”.

Contudo, esse nível de complexidade nem sempre se traduz em práticas metodológicas efetivamente aprofundadas. O momento dedicado à descrição metodológica do “como” a pesquisa foi realizada, seja por meio de trabalho de campo, análise documental, estudo de caso, entre outros, tende a enfatizar os procedimentos técnicos percorridos na construção do trabalho. Entre as inúmeras abordagens metodológicas que podem ser usadas na pesquisa qualitativa, os questionamentos que problematizam criticamente a própria forma de produção do conhecimento frequentemente são colocados à margem. É justamente nesse ponto que a reflexividade, embora mencionada em uma parte isolada na pesquisa, se torna esvaziada, aparece muitas vezes como um tópico protocolar, sem força para tensionar a posição do/a pesquisador/a no processo. Em consequência, a pesquisa torna-se apática diante das múltiplas camadas éticas, políticas e afetivas que envolvem a reflexividade. O conceito de reflexividade lida com a diferença, com o que escapa à norma, com a impossibilidade e, por vezes, com a própria interdição da ação e da linguagem (Davis, et al, 2004).

A partir da interlocução com os estudos sobre diferenças, reflexividade e afetos que possibilitam problematizar a ciência enquanto pretensamente neutra (Evens, 2016) e questionar a universalização do pensamento sobre a humanidade e a normatização de uma “civilização” sob um único olhar, reconheço que as práticas reflexivas são fundamentais não apenas para a produção de conhecimento mais situado e ético. Mas também para assumir a incompletude, a abertura sem fechamento e a instabilidade que caracterizam tanto o processo de pesquisa quanto a própria construção do saber. Este artigo apresenta um posicionamento teórico-metodológico que tensiona os limites das pesquisas qualitativas quando estas operam a partir de pressupostos que ocultam a presença, as implicações e a subjetividade de quem pesquisa, reafirmando assim a importância da prática reflexiva.

## Qualificando a pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais

O conceito de reflexividade lida com a diferença do que já está estabelecido, bem como com a impossibilidade e a interdição da ação e linguagem. Segundo Amoureux (2016), a reflexividade está diretamente relacionada à articulação entre pensamento e linguagem da realidade do/no cotidiano, ou seja, trata-se de um processo simultâneo de autoanálise e autocrítica de vivências. Esse movimento implica repensar as práticas, compreendendo a ação como um agir que se estabelece de mim para com o outro e vice-versa, evidenciando o caráter relacional da reflexividade. No âmbito acadêmico, esse processo ocorre e deve ocorrer sem recorrer à universalização de um único saber. Pois o próprio processo de crítica ao conhecimento científico faz parte da prática reflexiva da/ciência. A busca por articular esses aspectos, tanto como prática quanto como teoria acadêmica, sustenta-se em um conceito sociológico que permite superar perspectivas dicotômicas, concebendo a reflexividade como uma prática ética que também se inscreve como política acadêmica.

Quando se toma a pesquisa reflexiva como um posicionamento teórico-metodológico entramos em um constante processo autocritico que possibilita um possível receio de idas e vindas. Esse receio está mais relacionado à questão de a subjetividade estar na pesquisa propriamente à vivência da pesquisa em si. A reflexividade é a ética do pesquisador com a pesquisa, com ele, com seus interlocutores e com a disseminação do trabalho desenvolvido. Embora seja um aspecto pouco discutido, faz parte da ética, a necessidade de o pesquisador observar-se a si mesmo e a seu comportamento no campo, visando a uma postura de respeito para com seus interlocutores, num movimento conhecido como “reflexividade” (Minayo & Guerreiro, p.1.106, 2014).

Assim, a prática reflexiva que o pesquisador exercita poderia ser considerada como um processo dialético. Tudo parece se desenvolver como um movimento triádico: tese, antítese e síntese, sendo que a síntese supera, mas também conserva, os elementos anteriores. Dessa forma, afirmamos que a prática reflexiva, no contexto da pesquisa, configura-se também como um espaço de resistência, possibilitando-nos revisitar e ressignificar as tensões que emergem ao longo da construção e desenvolvimento do trabalho investigativo. Nesse intuito, perguntamos: estaria o/a pesquisador(a) se privando de uma certa moral? Afinal, a moral, nesse contexto reflexivo, apresenta-se como a norma do “certo” a ser seguido uma lógica da ciência tradicional que tangencia a ilusão de neutralidade e distancia o sujeito pesquisador de sua própria implicação no campo. O posicionamento teórico é muito importante, processo de posições a partir da prática reflexiva dentro e fora da pesquisa se apresenta como uma contínua relação entre sujeito e interlocutor, na qual a investigação é atravessada por quem a constrói (Guillemín & Gillam, 2004; Mountian, 2017). Nesse sentido, no processo de pesquisa qualitativa reflexiva, não há espaço de delimitar a priori como será o agir do pesquisador, ao contrário, é preciso ter em mente que esse agir só se constituirá na relação entre quem pesquisa e seus interlocutores.

Estudos organizacionais que se sustentam em perspectivas não ortodoxas de pesquisa têm sido desenvolvidos por diversos autores, trazendo avanços significativos como Fisher (1996), Paula (2008), Carneiro (2016), Honorato e Saraiva (2016), Nascimento, Teixeira, Oliveira e Saraiva (2016), Carrieri, Perdigão e Martins (2018), Saraiva (2019); Faria 2009; Faria & Meneghetti (2010); Carrieri e Correia (2020); Rampazo; Saraiva; Brewis; O'shea, 2022; Saraiva & Carrieri (2023). Esses autores e autoras apresentam a possibilidade de conciliar os debates sobre a sociedade com todas as suas implicações e articulações com estudos organizacionais que se distanciam dos grandes olhares hegemônico de fazer pesquisa e que são estimulados por uma perspectiva plural, mobilizando a gestão do conhecimento para questões mais amplas e diversas. Embora nem todos explicitem a prática reflexiva em suas pesquisas,

seus posicionamentos carregam tal dimensão de reflexão, uma vez que tensionam um agir epistemológico não hegemônico, promovendo deslocamentos e fissuras no campo.

Nesse sentido, as pesquisas qualitativas que incorporam avanços reflexivos, seja como práticas, seja como tensões, configuram-se como pesquisas engajadas, que não se limitam a propostas ou objetivos voltados simplesmente à compreensão, explicação ou descrição de uma determinada realidade social. Tal perspectiva limita o olhar do pesquisador e o impede de captar as organizações em suas tramas sociais e cotidianas nos modos de ser, de agir e de organizar que escapam, escorregam e subvertem os jogos de poder estabelecidos (Lazzarato, 2014; Foucault, 2017). Assim, refletir sobre outros modos de se fazer pesquisa, a partir da reflexividade na/da pesquisa e do pesquisador, subverte práticas tradicionais e desmistifica a visão de análise do pesquisador como sujeito neutro no fazer científico. Esse fazer dialógico está diretamente ligado a uma pesquisa engajada.

A pesquisa engajada está comprometida com a apresentação de significados socialmente construídos que sustentam formas de cultura frequentemente naturalizadas e não questionadas (Furtado & Saraiva, 2024). A reflexividade, nesse sentido, torna-se uma metodologia vinculada à agenda do pesquisador, orientando um agir comprometido com a crítica das estruturas sociais. Como afirma Bourdieu, trata-se de “buscar compreender todos os mecanismos sociais que constroem a pessoa humana, inclusive a crença em sua singularidade individual, para que se possa ter algum controle sobre os efeitos que esses mecanismos podem exercer sobre qualquer um” (Bourdieu, 2024, p. 12). Mesmo sendo um estruturalista, Bourdieu nos ajuda a compreender e mobilizar o gesto de objetivar o sujeito da objetivação, isto é, trazer à luz os pressupostos que o pesquisador deve à sua própria inserção no objeto do conhecimento.

### **Aprofundamento a pesquisa qualitativa**

Em termos de pesquisa qualitativa, é notório que os métodos que incidem sobre essa perspectiva metodológica dispõem de ferramentas de captação de dados que tanto podem elevar o estudo a um alto nível quanto podem fazê-lo perder o fôlego enquanto a sua relevância. Nesse sentido, a profundidade analítica e a relevância de uma pesquisa qualitativa não dependem apenas das ferramentas metodológicas utilizadas (Mann, 2016) mas também da consciência crítica sobre a posicionalidade do/a pesquisador/a, (Bondi, 2009; Carstensen-Egwuom, 2014); Cassell; Radcliffe; Malik, 2020; Mountian, 2004) elemento que atravessa todas as fases do processo investigativo

Todavia, a posicionalidade não é uma “etapa” que se sucede apenas no campo, mas um modo de agir e de pensar que se manifesta desde a escolha do tema, passando pelo trabalho de campo, até chegar à reflexão sobre a pergunta fundamental: por que a minha tese é política? O intuito, portanto, é explicitar o percurso e a análise do processo de pesquisa como resultado do trabalho, no qual a posicionalidade se torna não apenas uma dimensão metodológica, mas também ética e epistemológica, orientando as escolhas, os limites e as possibilidades do conhecimento que se produz. É nesses intercursos que a reflexão sobre as posicionalidades, a qual evoca a provocação dirigida a: “*de onde se escreve?*”, “*quem escreve?*” e “*para quem se escreve?*”.

Ligado ao lugar social, histórico e cultural, pensar de *onde se escreve* é visualizar sempre uma linha tênue entre o lugar que o pesquisador/a ocupa, como o outro vê esse lugar e, ainda, como esse olhar pode modificar o comportamento ou a própria interação entre nós. Obviamente, há uma relação de poder nesse sentido, mas que não deve ser um entrave para o/a pesquisador/a, nem para o outro, enquanto interlocutor/a. Assim, a relação de confiança extrapola a divisão entre o lugar acadêmico e a sociedade, constituindo-se também como uma representação da própria pesquisa, que, ao criar significados, pode se associar ao modo como o outro compreende o objetivo do/a pesquisador/a ao fazer pesquisa. Quando se pensa *em quem*

*escreve* há uma projeção ligada diretamente a própria subjetividade do/a pesquisador/a ou mais precisamente na identidade do/a pesquisador/a enquanto sujeito também da pesquisa.

*Quem escreve* está ligada à identidade situada do/a pesquisador/a, no sentido de que, mesmo não conhecendo ainda o fenômeno de alguma maneira ele o atravessa de alguma forma, já que todo objeto de pesquisa tem uma postura relacional com o pesquisador/a. Contudo, vivenciar como ele se exerce na vida cotidiana dessas pessoas implica compreender uma realidade interpretada pelos sujeitos, dotada de sentidos, na medida em que forma um mundo coerente para eles. *Quem escreve* também se direciona aos marcadores sociais que uma identidade situada onde o/a pesquisador/a está inserida.

Essas são formas de compreender que quem escreve, escreve de um lugar e deve estar profundamente articulado com um posicionamento diante do fenômeno, entendendo que a situacionalidade não se relaciona apenas com as situações vividas, mas também com o lugar que ocupamos e com a maneira como fazemos dele um posicionamento político. Assim, escrever é também um gesto ético e político, no qual deve haver o reconhecimento que as do/a pesquisador/a escolhas interpretativas não são neutras, mas atravessadas pela nossa trajetória, pelos marcadores sociais que nos constituem e pelas relações que estabelecemos no campo. Por fim, *“para quem se escreve”* se direciona ao outro, e aqui a escrita se torna uma linguagem em movimento (Orlandi, 2002) (discursivas), aberta às interpretações próprias de cada sujeito social. Nesse aspecto, a posicionalidade transforma-se também em situacionalidade perante a teoria trabalhada, orientando argumentos que não se pautam pela neutralidade, mas, sim, por uma metodologia crítica e política, que dialogue tanto com meus interlocutores quanto com a academia.

O momento da coleta de dados estende-se não apenas à captação do que o campo apresenta, mas também à construção de uma relação de confiança entre interlocutor e entrevistador. É essa relação que permitirá que as perguntas sejam respondidas e, para além de um roteiro pré-estabelecido, outras narrativas possam emergir e se transformar em categorias interpretativas de fenômenos que possam vir a existir. Nesse sentido, quando se opta pelo método de entrevistas como técnica de captação de dados, a linguagem torna-se um aspecto metodológico diferenciador (Davies, 1999). É por meio dela que se avaliam e se apresentam os códigos semânticos, os ditos e os não ditos, os signos nos quais se inscrevem os significantes e os significados, as crenças, as histórias, tudo aquilo que promove o discurso e coloca a língua em movimento. A relação de poder, nesse contexto, está intrinsecamente ligada ao aspecto da linguagem: nós, enquanto entrevistadores, e eles: os interlocutores, enquanto construtores das entrevistas.

A relação de poder não está presente apenas na linguagem acadêmica (Watanabe, 2017), que, por sua vez, deve ser evitada no processo de coleta de dados, mas também se manifesta no comportamento adotado em relação aos interlocutores. A maneira como se abordam determinados contextos e como se demonstra familiaridade com eles determina o desenvolvimento da entrevista, assim como a possibilidade de ser “aceito” pelo pesquisado, no sentido de construir um elo de confiança. A posicionalidade estará sempre envolvida nesse processo. Até que ponto posso ser aceita pelo outro no movimento de criação de significados com o campo e com o pesquisado, estabelecendo um diálogo de confiança? Entrevistas qualitativas podem ser tratadas como uma forma de prática profissional, na qual a reflexão contribui para aumentar a sensibilidade aos atos de fala, bem como a outros aspectos da linguagem utilizada e das escolhas feitas (Mann, 2016).

A reflexividade, enquanto método de pesquisa e também nos métodos de coleta de dados, coloca a representação como um aspecto a ser constantemente questionado. Não podemos conduzir uma pesquisa etnográfica, por exemplo buscando, de forma irrefletida, ocultar os significados que o outro constrói ao dialogar com a pesquisa, uma vez que o que está em jogo é o conhecimento da vida social cotidiana. A coleta de dados, nesse sentido, revela o

desenvolvimento da pesquisa como um “termômetro” metodológico (Markham, 2006). Ou seja, quanto mais intensa e possivelmente extensa for a capacidade de interação com o interlocutor, mais a coleta de dados se enriquece. A partir disso que a linguagem não funciona simplesmente, ou mesmo principalmente, como um instrumento descritivo. Mas é por meio dela, que as pessoas realizam uma variedade de atos cotidianos (Mann, 2016).

O campo assim se torna um lugar onde os afetos e as afetações direcionam as entrevistas e as relações. Viver o campo, nesse sentido, torna-se imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa. Essa vivência não pode se dar com o pensamento de apenas ir ou conhecer de forma incipiente, apenas pelo senso comum pois é um equívoco tratar a pesquisa com essa superficialidade.

Pesquisas de campo que envolvem contato direto com o fenômeno estudado exigem mais do que observação distante, requerem envolvimento. Muitas vezes, esse contato inibe o pesquisador de viver plenamente a experiência, seja por barreiras pessoais, institucionais ou afetivas. No entanto, reconhecer e apresentar suas próprias fragilidades faz parte do processo, sobretudo em pesquisas qualitativas que se constroem por meio de métodos como a etnografia ou a observação participante. Nenhum desses métodos pode ser desenvolvido sem a devida imersão no campo. Conhecer os interlocutores, viver ou presenciar o cotidiano do fenômeno investigado é o que efetivamente constrói a pesquisa.

Aqui, mais uma vez, o processo de reflexividade se apresenta como responsabilidade, a responsabilidade de pesquisar e de ser pesquisador/a. Trata-se, portanto, de reconhecer como surgem as diferenças e de evitar que elas se tornem impedimentos na condução do trabalho. Tensões e conflitos podem emergir nas entrevistas, mas é pela interação em campo ou fora dele que se constroem as bases éticas e de respeito com os interlocutores. É isso que fundamenta uma pesquisa que se comprometa com um processo reflexivo de construção.

Outro desdobramento do processo reflexivo é quando as análises se iniciam, quando pesquisas qualitativas se comprometem com um processo reflexivo de construção da/na pesquisa e subvertem criticamente certo *status quo* de se fazer ciência baseado em uma autocrítica ao próprio campo de conhecimento ao qual pertencem, observamos uma mudança metodológica e analítica significativa no modo como concebemos a pesquisa. O campo dos estudos organizacionais, por sua vez, é marcado por tensões e disputas. As organizações, quando teorizadas a partir de um outro olhar teórico e metodológico, voltado para a análise de fenômenos sociais, abrem caminho para novas articulações. Essas articulações se dedicam a contrapor, desestabilizar, romper e/ou abrir fissuras nos modos tradicionais de pensar e estudar as organizações (Saraiva & Carrieri, 2010)

A análise, dentro deste contexto de pesquisar e ser o pesquisador atuante, envolve uma prática de autor reflexividade dentro do campo. Esse movimento constrói e desconstrói continuamente a tentativa de interpretar a realidade social. Para aquele ou aquela que elabora propostas de pesquisa nas ciências sociais, é também necessário objetivar sua própria prática científica colocando-se como parte do objeto e do campo. É nesse sentido que a escolha dos métodos de análise sejam de conteúdo, de enunciação, do discurso, fenomenológicos ou hermenêutico-dialéticos não é neutra.

Cada modalidade está filiada a uma teoria específica, e a variedade de técnicas e referenciais revela que todo estudo deve adequar-se à compreensão de seu objeto que, nas ciências sociais, é sempre também sujeito (Minayo & Guerreiro, 2014). Ainda que cada modalidade esteja vinculada a uma teoria específica, e que a escolha de técnicas deva estar afinada com a compreensão do fenômeno e na experiência da pesquisa marcada por afetos, afetamentos e deslocamentos que emergem como camadas de sentido que desafiam os modelos previamente estabelecidos. O campo nunca é o mesmo, e com isso o processo de afetação apresentará categorias de análise e crítica. É nesse contexto que os afastamentos se apresentam como processos dinâmicos de criação e quebra de fronteiras.

Reconhecer os momentos de afastamento seja pela timidez, pela diferença de comportamento, pelo estranhamento mútuo ou pelas exigências institucionais nos leva a compreender que tais distanciamentos, longe de serem falhas no processo, podem se tornar elementos prioritários para a análise dos dados obtidos. Assim, somos levados a reler esses movimentos sob a lente da reflexividade. Nesse sentido, a perspectiva de Thurairajah (2019), nos auxilia quando propõe a *reflexividade do desconforto como método*. É ela que tensiona o campo, revela as fronteiras e abre espaço para pensar os deslocamentos não apenas geográficos ou físicos, mas também afetivos, epistêmicos e identitários (Palaganas; Sanchez; Molintas; Caricativo, 2017) Os afastamentos que experimento não são apenas sociais ou emocionais, mas também epistemológicos. Assim, o afastamento intelectual se converte em posicionamento: uma tentativa de romper com as hierarquias de saber e afirmar uma epistemologia situada, marcada pela presença no campo, pelas tensões do lugar social que ocupo e pelo reconhecimento de que o conhecimento se faz também a partir do desconforto.

A reflexividade do desconforto é a afirmação de se ater a uma pesquisa reflexiva não apenas ao refletir, desconstruir, ou praticar a reflexividade por meio dos afetamentos que aparecem na pesquisa. Mas é a intensiva compreensão e constatação do quão eu posso influenciar o desenvolvimento de pesquisa com meus interlocutores. Os pesquisadores não podem praticar a reflexividade para aliviar suas próprias dúvidas e preocupações, mas sim, segundo Thurairajah (2019), devem estar dispostos a se envolver na reflexividade para garantir ativa e continuamente que estão sendo éticos como pesquisadores em campo com seus participantes. Ao assumir uma reflexividade a partir do desconforto eu assumo que por mais que meus interlocutores são a peça chave para a pesquisa, o eu nu (Thurairajah, 2019) enquanto um sujeito que está inserido no campo junto com eles, de vivenciar as mesmas experiências com respostas diferentes, o fazer etnográfico não estar em campo, mas responder ao campo de maneira que meu comportamento não seja lido ou enquadrado como um não lugar.

O desconforto no campo é muitas vezes inevitável. Cabe a nós, enquanto pesquisadores, reconhecer quando e como ele se manifesta, de modo a administrá-lo sem permitir que ele comprometa ou mesmo destrua o processo de pesquisa. Limitar o acesso a confiança do outro na pesquisa é a estratégia mais difícil para um pesquisador usar, e por muita das vezes fazemos isso, sem pensar, obviamente como um forma de proteção. Há fragilidade aqui e constrangimento, e espaço para julgamento. Nesse intuito podemos notar como o afastamento do pesquisador é importante no processo da pesquisa. Mas o afastamento que temos que notar não é somente quando vemos que coleta já é suficiente, pois distanciamento total é irrealista e pode atrapalhar o processo de pesquisa. Mesmo quando nos “vestimos de forma mais informal em campo, fazemos isso com intencionalidade, muitas vezes movidos por nossas perspectivas sobre o que permitiria uma coleta de dados rica.” (Thurairajah, p.145, 2019). O afastamento na pesquisa, mesmo que haja influência e irá ter, a prática reflexiva se torna um aspecto imersivo neste processo, e isso não é fácil de “notar”. Não é uma forma de manipulação podendo ser percebida como uma estratégia muito desonesta, mas é ter em mente que esses momentos de afastamento são necessários, quando o outro me interpela e a minha resposta pode interferir em sua participação na minha pesquisa.

## **Considerações Finais**

Este ensaio propõe-se um posicionamento reflexivo teórico-metodológico que tensiona os limites das pesquisas qualitativas quando estas operam com pressupostos que ocultam a implicação e a subjetividade de quem investiga, colocando em evidencia certa neutralidade no pesquisar. O presente estudo ensaio emerge da vivência de refletir sobre questões complexas relacionadas à reflexividade na pesquisa, debatidas em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Administração (CEPEAD), da Universidade Federal de Minas Gerais. Como

parte da disciplina, foram elaborados blogs feito como um diário semanal com o intuito de refletir, a cada encontro, sobre as temas e leituras realizadas paralelamente sobre as próprias pesquisas em desenvolvimento (teses e dissertações). O resultado foram reflexões aqui desenvolvidas emergem de um percurso formativo e, principalmente, de um incômodo teórico e ético com metodologias que, ao não se abrirem à vulnerabilidade, reproduzem a ficção da neutralidade

O estudo trata-se de um exercício formativo de práticas reflexivas e mais do que abordar a teoria, a fim de problematizar, qualificar e aprofundar a pesquisa qualitativa no estudos organizacionais apontando para práticas concretas de pesquisa nas quais a reflexividade, entendida como parte do processo de produção de conhecimento, representa um campo fértil para avanços epistemológicos e políticos. Ao problematizar traçamos o diagnóstico de superficialidade em algumas pesquisas que tem abordagem qualitativa de pesquisas, o que leva a objetividade do/a pesquisador/a. Negar a subjetividade como parte constitutiva do fazer pesquisa é uns dos grandes desafios de pesquisas qualitativa. Estudos que incorporam a avanços reflexivos, seja como práticas, seja como tensões, configuram-se como pesquisas engajadas, que não se limitam a propostas ou objetivos voltados simplesmente à compreensão, explicação ou descrição de uma determinada realidade social.

Situando-se pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais como área interdisciplinar, podem ter um importante aliado no processo de reflexão que busca construir um conhecimento que seja pertinente e acessível em âmbito local ordinário, fugindo de uma perspectiva generalizante (Carrieri & Correia, 2020). Pesquisas qualitativas que elegem a reflexividade como um de seus eixos, mas não se abrem à vulnerabilidade que essa prática desempenha, deixando de lado um estudo qualitativo com potencial transformador, restringindo-se a uma reflexão superficial e, muitas vezes, formalizada. Não estamos promovendo um único olhar da pesquisa qualitativa pela reflexividade, isso seria normatizar um campo de conhecimento. Mas é por meio da prática reflexiva, de questionamentos críticos e autocríticos, que se produz outros tipos conhecimentos e posicionamentos que podemos dialogar com estudos mais densos e humanizados dentro do campo dos estudos organizacionais.

Trata-se de um tipo de estudo que se compromete em expor contradições, dúvidas, dilemas e possibilidades, e que se sustenta na vulnerabilidade como parte constituinte da pesquisa. A noção de vulnerabilidade ganhou a cena pública nos últimos anos a partir de uma perspectiva que convida os sujeitos a abraçarem suas fragilidades, reconhecendo suas imperfeições não como algo que necessite ser corrigido, mas como atributos a serem valorizados e reconhecidos (Mantovani, 2023; Moriceau, 2023).

O que procuramos expor aqui é que pensar pesquisas qualitativas provenientes do campo dos estudos organizacionais apenas a partir de uma perspectiva estrutural dominante limita o pesquisador. Isso o impede de considerar as organizações em suas tecituras sociais e cotidianas modos de ser e de organizar que escapam, escorregam e invertem os jogos estabelecidos (Lazzarato, 2014; Foucault, 2017). Nesse sentido, refletir sobre outros modos de se fazer pesquisa, a partir da reflexividade na/da pesquisa e do pesquisador, subverte práticas tradicionais e desmistifica a visão de análise do pesquisador como sujeito neutro no fazer científico. Esse fazer dialógico está diretamente ligado a uma pesquisa engajada.

O principal ponto com o qual gostaríamos de refletir a partir de pesquisas qualitativas é que se estamos produzindo conhecimento, não o fazemos de um lugar neutro ou não implicado ao pesquisador/a na construção da pesquisa. Toda produção de saber carrega o posicionamento de quem pesquisa, seus atravessamentos, afetamentos e relações com o campo. A reflexividade, nesse sentido, não é um adorno metodológico, mas um gesto político e epistemológico que reconhece o caráter situado da pesquisa, os jogos de poder que ela aciona e os deslocamentos que provoca. Reconhecer o afastamento seja ele afetivo, institucional ou relacional como parte

do processo analítico é compreender que o distanciamento também produz sentidos, tensiona certezas e abre espaço para uma escuta mais ética e implicada.

## Referências

- Amoureux, J. L. (2016). Introduction: To 'work on our limits' through 'permanent critique' In J. L. Amoureux. *A practice of ethics for global politics: ethical reflexivity* (pp. 1-25). New York: Routledge.
- Berger, P. L., & Luckman, T. (1998). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Bondi, L. (2009). Teaching reflexivity: undoing or reinscribing habits of gender? *Journal of Geography in Higher Education*, 33(3), 327-337.
- Bourdieu, P. (2024). Introdução da vigilância epistemológica à reflexividade. Bourdieu, P. *O retorno a reflexividade*. Editora Unesp Digital, pp.9-22 São Paulo.
- Carneiro, A. T. (2016). Pode a area de Estudos Organizacionais ser historiografica? *Farol Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 1019-1049.
- Carrieri, A. D. P. & Correia, G. F. A. (2020). Estudos organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusao? *Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 59-63.
- Carrieri, A. P., Perdigao, D. A., Martins, P. G., & Aguiar, A. R. C. (2018). A Gestao Ordinaria e suas praticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12, e141359.
- Cassell, C., Radcliffe, L., & Malik, F. (2020). Participant reflexivity in organizational research design. *Organizational Research Methods*, 23(4), 1-24.
- Carstensen-Egwuom, I. (2014). Connecting intersectionality and reflexivity: methodological approaches to social positionalities. *Erdkunde*, 68(4), 265-276.
- Davies, B., Browne, J., Gannon, S., Honan, E., Laws, C., Mueller-Rockstroh, B., & Petersen, E. B. (2004). The ambivalent practices of reflexivity. *Qualitative Inquiry*, 10(3), 360-389.
- Evens, T. (2016). Reflexivity and social sciences. In T. Evens, D. Handelman, & C. Roberts (Eds.). *Reflecting on reflexivity: the human condition as an ontological surprise* (pp. 270-301). New York: Berghahn books.

Evens, T., Handelman, D., & Roberts, C. (2016a). Preface. In T. Evens, D. Handelman, & C. Roberts (Eds.). *Reflecting on reflexivity: the human condition as an ontological surprise* (pp. i-xiv). New York: Berghahn books.

Faria, J. H. De; Meneghetti, Francis K. (2010). (Sem) saber e (com) poder nos estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 8, p. 38-52.

Faria, J. H. de. (2015). Epistemologia Crítica do Concreto e Momentos da Pesquisa: uma proposição para os Estudos Organizacionais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online)*, v. 16, p. 1-36.

Faria, J. H. de. (2009) Teoria Crítica em Estudos Organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 7, p. 509-515.

Fischer, T. (Org.) (1996). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

França-Filho, G. C. (2009). Para um olhar epistemológico da administração: Problematizando seu objeto. In R. S. Santos (Org.), *A administração política como campo do conhecimento*. Salvador, BA: UFBA, 119-143.

Furtado, E. P. ; Saraiva, L. A. S. (2024). Produção de conhecimento científico engajado: um estudo de caso. In: XLVIII Encontro Anual da ANPAD, Florianópolis. Anais do XLVIII Encontro Anual da ANPAD. Florianópolis: ANPAD, 2024. p. 1-18.

Grey, C. (2010). Organization studies: Publications, politics and economics. *Organization Studies*, 31(6), 677-694.

Guillemin, M. & Gillam, L. (2004). Ethics, reflexivity, and “ethically important moments” in Koch, T. & Harrington, A. (1998). Reconceptualizing rigour: the case for reflexivity. *Journal of Advanced Nursing*, 28(4), 882-890.

Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Mantovani, C. M. C. (2023). Práticas científicas e vulnerabilidades: passagens, interdições e pontes para a produção do conhecimento. (Orgs) Saraiva, L. A. S; Carriei, A. P. De. *Estudos organizacionais e sociedade*. Edt, Fi, v.1 pp.107-129.

Mann, S. (2016). Interviews as reflexive practice. In S. Mann. *The research interview: reflective practice and reflexivity* (pp. 1-29). Masingstoke: Palgrave MacMilan.

- MacMillan, K. (2003). The next turn: reflexivity analyzing reflexive research. In L. Finlay & B. Gough (Eds.). *Reflexivity: a practical guide for researchers in health and social sciences* (pp. 231-240). Oxford: Blackwell.
- Markham, A. (2006). Method as ethic, ethic as method. *Journal of Information Ethics*, 15(2), 37-55.
- Moriceau, J. L. (2020.) *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: PPGCOM/ UFMG.
- Minayo, M. C. S. & Guerriero, I. C. Z. (2014). Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), 103-112.
- Mountian, I. (2017). Some resources for critical research: reflections on intersectionality, reflexivity and situationality. *Psicologia Política*, 17(40), 470-483. research. *Qualitative Inquiry*, 10(2), 261-280.
- Nascimento, M. C. R., Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Saraiva, L. A. S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55-81.
- O’Boyle, A. (2017). Encounters with identity: reflexivity and positioning in an interdisciplinary research project. *International Journal of Research & Method in Education*, 41(3), 353-366.
- Orlandi, E. P. (2002). Análise de discursos e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos Estudos Linguísticos*, 42. 21-40.
- Oliveira, S. R. & Piccinini, V. C. (2009). Validade e reflexividade na pesquisa acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(1), 89-98.
- Paula, A. P. P. (2008). *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning.
- Palaganas, E. C., Sanchez, M. C., Molintas, M. V. P., & Caricativo, R. D. (2017). Reflexivity in qualitative research: a journey of learning. *The Qualitative Report*, 22(2), 426-438.
- Pessoa, S. C. (2023). *Travessias científicas: vulnerabilidades nossas em terra firme ou mar revolto*. (Org) Saraiva, L. A.; Pessoa, S. C; Mantovani, C. M. C. A. *Metodologias vulneráveis*. Cachoeirinha: Fi, pp.46-106.
- Rampazo, A. V. ; Saraiva, L. A. S. ; Souza, E. M. ; Brewis, J. ; O'shea, S. (2022). Rompendo hegemonias sobre corpos e organizações. *RAE. Revista de Administração de Empresas*, v. 62, p. 1-13.

Saraiva, L. A. S; Carrieri, A. P. (2010). Dinâmica simbólica nas organizações. In: Marchiori, M (org). Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas. Difusão, pp.209-222. São Caetano do Sul.

Saraiva, L. A. S; Carrieri, A. P. De. (2023). Estudos organizacionais e sociedade: uma necessidade, uma agenda . (Orgs) Saraiva, L. A. S; Carrieri, A. P. De. Estudos organizacionais e sociedade. Edt, Fi, v.1. pp.9-16.

Souza, E. M., Costa, A. S. M., & Pereira, S. J. (2015). A organização (in)corporada: Ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. Cadernos EBAPE.BR, 13(4), 727-742.

Thurairajah, K. (2019). Uncloaking the researcher: boundaries in qualitative research. Qualitative Sociology Review, 15(1), 132-147.

Watanabe, A. (2017). The researcher's reflexivity in qualitative interviews. Educational Studies, 59, 105-116.